

# HiSTOReLo

Vol 8, No. 15 / enero - junio de 2016 / ISSN: 2145-132X

REVISTA DE HISTORIA REGIONAL Y LOCAL

## História Local, Espaço e Paisagem em Portugal: Panorâmica historiográfica e estudo de caso sobre a Revista de História (1912-1928)

*Historia Local, Espacio y Paisaje en Portugal: una perspectiva historiográfica  
y estudio de caso de la Revista de Historia (1912-1928)*

*Local History, Space and Landscape in Portugal: Historiographical  
Overview and Case Study of Revisat de História (1912-1928)*

**Nuno Bessa Moreira**

Centro Transdisciplinario de Investigación  
Cultura Espacio y Memoria (CITCEM), Portugal  
 [orcid.org/0000-0001-5689-0282](https://orcid.org/0000-0001-5689-0282)

Recepción: 29 de enero de 2015  
Aceptación: 28 de agosto de 2015

Páginas: 60-89

doi: <http://dx.doi.org/10.15446/historelo.v8n15.48676>



**i**

# História Local, Espaço e Paisagem em Portugal: Panorâmica historiográfica e estudo de caso sobre a *Revista de História* (1912-1928)

*Historia Local, Espacio y Paisaje en Portugal: una perspectiva historiográfica y estudio de caso de la Revista de Historia (1912-1928)*

*Local History, Space and Landscape in Portugal: Historiographical Overview and Case Study of Revisat de História (1912-1928)*

**Nuno Bessa Moreira\***

## Resumo

---

Este estudo procura apresentar uma panorâmica da historiografia incidente sobre a temática da história local, a exemplo de esforços de síntese análogos, realizados nomeadamente por José Maria Amado Mendes. Este enquadramento serve

---

\*PhD, Magister y Licenciado en Historia por Universidade do Porto, Portugal. Es investigador del Centro Transdisciplinario de Investigación Cultura Espacio y Memoria (CITCEM). Este artículo es derivado del proyecto doctoral "A Revista de História (1912-1918): Uma proposta de análise histórico-historiográfica", financiada por FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal. Correo electrónico: citcem@letras.up.pt

 [orcid.org/0000-0001-5689-0282](https://orcid.org/0000-0001-5689-0282)

de base a um estudo de caso sobre um periódico. Na Revista de História, dirigida por Fidelino de Figueiredo, e publicada entre 1912 e 1928, a História Local foi um dos âmbitos temáticos estudados. Nesta investigação são analisados os usos historiográficos das noções de *espaço*, *território*, *local*, *lugar* e *paisagem* em certos estudos no periódico referido, da autoria de Manuel Paulo Rocha, Manuel Silva, Teixeira de Sampayo. Alguns deles exibem uma visão *paternalista* do património, enveredando outros por uma historiografia crítica, de par com tentativas de investigação tributárias do escrúpulo documental do historicismo rankeano e menos devedoras da *Escola Metódica* Francesa.

**Palavras-Chave:** história Local, Espaço, Paisagem, Historiografia, Revista

## Resumen

---

*Este estudio pretende ofrecer una visión historiográfica general sobre el tema de la historia local, al igual que los esfuerzos de síntesis similares hechas especialmente por José María Amado Mendes. Este marco proporciona la base para un estudio de caso en un periódico. En Revista de História, dirigida por Fidelino de Figueiredo, y publicada entre 1912 y 1928, la Historia Local fue una de las áreas temáticas estudiadas. Esta investigación analiza los usos historiográficos de las nociones de espacio, territorio, lugar, lugar y paisaje en ciertos estudios en esa revista, de Manuel Paulo Rocha, Manuel Silva, Teixeira de Sampayo. Algunos de ellos muestran una visión paternalista de los activos, distintos de embarcarse en una historiografía crítica, mostrando, sin embargo, un escrúpulo documental rankeano y menos tomando prestada la Escuela Metódica francesa.*

**Palabras Clave:** *história local, espacio, paisaje, historiografia, revista.*

## Abstract

---

*This study aims to present a general historiographical view about the subject of local history according to similar synthesis efforts made especially by José Maria Amado Mendes. This milestone provides the background for a case-study on a journal. In the Revista de História, run by Fidelino de Figueiredo and published between 1912 and 1928, local history was one of the studied subject areas. In this research the historiobiographical uses of notions such as space, territory, place and landscape are analysed in some studies of the journal written by Manuel Paulo Rocha, Manuel Silva and Teixeira de Sampayo. Some of them show a paternalistic view of the heritage assets, some other engage in a critical historiography, along with attempts to research the documentary accuracy of the rankean historicism and less influenced by the French Methodical School approach.*

**Keywords:** *local history, space, landscape, historiography, journal.*

## A História Local e a História da Historiografia: breves apontamentos

---

Os estudos incidentes sobre História Local na vertente teórico-metodológica são ainda hoje escassos, desenhando uma tendência contrária ao cultivo da História Local na sua dimensão empírica. Podem ser indiciadas algumas hipóteses. A primeira delas parece derivar do carácter alegadamente dispensável da interrogação histórico-historiográfica acerca de um domínio de investigação passível de ser encarado como *transparente*, pelo facto de possuir uma natureza eminentemente prática, partindo-se do princípio questionável de que esta se deve eximir a reflexões que a tomem como objecto principal. Acresce que a própria História da Historiografia não é, na actualidade, um domínio disciplinar que receba atenções de uma grande quantidade de historiadores portugueses, embora esteja em vias de

desenvolvimento. Daí que, por extensão, se compreenda o relativamente reduzido número de pesquisas no que respeita a reflexões teórico-metodológicas sobre História Local em Portugal. Todavia, aquelas que existem dão conta de uma crescente diversidade temática e metodológica nos trabalhos sob consideração. Assim, nos últimos 30 anos, a História Local acolhe assuntos que ultrapassam o âmbito político-geográfico ou militar e se comprometem com a História económica, a História das Mentalidades, da Cultura ou do Quotidiano.

Do ponto de vista metodológico, a História Local é actualmente praticada essencialmente por profissionais, que aliam a crítica documental à problematização de fontes, aproveitando, por vezes, a experiência dos eruditos, ou dos cultores de uma historiografia monumental, mas excedendo os respectivos limites, subvertendo-os em muitas ocasiões, sendo alguns trabalhos assinados por investigadores da História da Historiografia.

Importa analisar as reflexões teórico-metodológicas de Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes, Borges de Macedo, António de Oliveira, José Manuel Tengarrinha, Gilda Nunes e Francisco Ribeiro da Silva, dado que uma análise desse tipo parece primar ainda pela insuficiência e pode ser importante para quem procure abordar as práticas historiográficas próprias da história local sob o prisma da História da Historiografia. Para tal, convém estabelecer um ponto prévio, de modo a rastrear e perceber as especificidades da história da Ciência de *Clio* como profissão e disciplina, que se ocupa da indagação do percurso biográfico, pessoal e profissional dos respectivos cultores, contemplando origens sociais, formação académica, habilitações e albergando o perfil e trajectória de carreira das personalidades envolvidas, cruzando-os com enquadramentos institucionais específicos ou alargados e investigando práticas, discursos e representações historiográficas. Este tipo de análise pode ser aplicado aos Estudos de História local, mas terá que ter em conta as peculiaridades destes, que prendem-se com: a respectiva natureza e definição; a circunscrição do seu campo de actuação; a delimitação de temáticas; a identificação e análise de metodologias. Na actualidade, num contexto de crise, discute-se a pertinência da cidadania. Julgamos que a abordagem da história local sob o prisma da história da historiografia pode ajudar a desfazer lugares-comuns que identifiquem esta última

apenas com a história nacional, permitindo igualmente, por paradoxal que pareça, estimular um diálogo com uma perspectiva transnacional e comparativa da história da historiografia, defendida por Cristophe Charle (1996).

Esta área disciplinar pode situar-se, como propõe Fernando Sánchez-Marcos (2005), entre a História-Memória e a História-Ciência. Do nosso ponto de vista, a dimensão científica prevalece sobre as outras perspectivas, também necessárias, orientando-as e enriquecendo-as, e não o contrário. Por isso, são indispensáveis as reflexões que se seguem, dado que os estudos de História Local podem comportar as duas vertentes enunciadas.

José Maria Amado Mendes sistematizou estas e outras observações, ressaltando a pertinência da articulação entre a história local e a formação da historiografia nacional: “Assim sendo, as perspectivas micro e macro, longe de se excluírem, completam-se [...]” (Mendes 2000).

Em 1987, Luís Reis Torgal publicou um artigo na *Revista de História das Ideias*, de Coimbra, intitulado *História...Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática de história local e regional*. Neste estudo, o historiador enveredou inicialmente por um itinerário parcialmente ego-histórico, rejeitando uma toada nostálgica ou evocativa, mas não deixando de revelar alguns pormenores do seu percurso biográfico, de modo a descortinar na profissão e carreira académica momentos de aproximação a temáticas do foro da história local. Começa por referir o seu estudo sobre o Mosteiro de Lorvão, durante a licenciatura. Reconhece a ingenuidade metodológica e a debilidade relativa dessa investigação, mas atribui-lhe o mérito inerente ao facto de existir e ter contribuído para colocar o historiador com fontes históricas, seleccionando-as e trabalhando-as.

Posteriormente, Reis Torgal preparou uma dissertação sobre o pensamento contra-revolucionário. Centrou-se numa personalidade com ascendentes em Sernancelhe, Gama e Castro. O autor foi orientado por José Sebastião da Silva Dias, que insistia na inserção da História da Cultura em coordenadas sociais e espaço-temporais, que Reis Torgal valoriza. Em nosso entender, neste artigo alarga-se à actualidade da época o efeito ego-histórico, concretizando-se uma história do tem-

po presente, marcada pela conclusão do processo de adesão à Comunidade Europeia, que despertou a curiosidade e necessidade política de incidir, paralela e articuladamente nas realidades locais e regionais.

Aliás, Reis Torgal debruçou-se sobre esta conjuntura, divisando os motivos que terão concorrido para a realização, em 1987, de três congressos dedicados a temáticas referidas. Destacou o peso crescente do desenvolvimento regional, a importância crescente de novas instituições de ensino organizadoras dos eventos (Escolas Superiores e Politécnicos) e sublinhou a relevância de novas correntes historiográficas do ponto de vista epistemológico. A adoção de alguns preceitos e práticas da *História Nova* proveniente dos *Annales* terá implicado consequências positivas e outras passíveis de eventuais reticências. Quanto às primeiras, Reis Torgal defendeu o enriquecimento da História Local e Regional, por via da consideração de usos, costumes e mentalidades. No que respeita às segundas, a pedagogia da associada à *História Nova* apresenta vicissitudes ambíguas, se aplicada em excesso. Por outro lado, a tripla temporalidade de Braudel pretendia não esquecer o tempo curto, mas tornava-o subsidiário face a conjunturas e estruturas.

Luís Reis Torgal (1987, 861) defende que, do ponto de vista historiográfico, os *Annales* podem ser importantes para a História Local e Regional, na medida em que pugnaram pelo uso de novas fontes, mormente os testemunhos orais, mas também não esqueceram temáticas escassamente exploradas, como o quotidiano. O historiador referido eximiu-se a reverenciar esta escola histórica, apontando-lhe limites e a insuficiência ou o risco inerentes a um tipo de atitude que fizesse *tábua rasa* de outros contributos, como os da *escola metódica*, ou então alinhasse por uma discutível retórica literária: “[...] E é também essencial não deixar penetrar na história uma nova ou velha retórica literária que, à sombra de valores ético-políticos, como o nacionalismo, ou de valores culturais (a ‘divulgação’), transforme a história numa ‘arte’ e a afaste da ‘ciência’. [...] Este é um perigo em que se pode cair quando se reage contra a «História Nova», em defesa dos valores nacionais, ou quando a ‘História Nova’ evolui para a terceira geração e parece não acreditar na ‘cientificidade’, com argumentos muito sugestivos mas que não podem ser lidos sem sentido crítico”.

Luís Reis Torgal resumiu algumas linhas de força que deveriam pautar o estudo da História Local. Em primeiro lugar, sublinhou a necessidade de os manuais do ensino básico e secundário deixarem de inscrever nas suas páginas objectivos vagamente formulados, como a inserção da escola no meio, insistindo, pelo contrário, na concretização prática e na pormenorização de tal desígnio. Por outro lado, instigou Politécnicos e Institutos a estimularem a pesquisa em arquivos e a interacção com universidades, autarquias e empresas. Acresce que, para este historiador, a pesquisa documental é tão ou mais importante do que *fazer* a História Local, destacando, por fim, a relevância científico-cultural desta última, que deve ser praticada e escrita ao arpejo da procura do *pitresco* e da *cor local*, dado que estes contribuem para a consideração deste âmbito de estudos como um «provincianismo historiográfico». Vinte e cinco anos volvidos sobre as reflexões de Luís Reis Torgal, estas mantêm enorme actualidade quanto ao diagnóstico do que falta fazer, ainda que existam assinaláveis progressos, assaz insuficientes, no plano da organização de arquivos e acervos documentais, ou na prática lectiva, por iniciativa de professores sensíveis à relevância da História Local e respectivas dinâmicas.

Em 1990, José Maria Amado Mendes corroborou a importância da *História Nova*, de inspiração *annaliste*, mormente no alargamento temático, na utilização de fontes e metodologias inovadoras, materializando uma espécie de manifesto, desprovido de teor panfletário, *Para uma Nova História Local: Reflexões e Perspectivas*. O historiador envereda por uma exposição científica, de cariz pedagógico-didáctico, na qual a vertente teórica não oblitera preocupações metodológicas ou de teor pragmático.

O autor opta por um estilo inicialmente interrogativo. Indaga as formas de que se pode revestir a investigação em História Local, questionando características e tendências, sem esquecer os obstáculos que podem surgir, o perfil, a preparação ou o empenhamento dos investigadores. Estes podem ser académicos ou eruditos locais. Quanto aos primeiros, apresentam alegada e geralmente maior actualização temática, bibliográfica e metodológica, colocando em prática metodologias comparativas e incentivando a interdisciplinaridade. Como limitações exibem, não raro, um tratamento exclusivo de fontes escritas e um conhecimento por vezes menos

aprofundado das características geográficas do local estudado. Por seu turno, os eruditos conhecem, em regra, melhor o meio e a diversidade de fontes, demonstrando atenção particular ao presente em que vivem. Todavia, em muitas ocasiões, hipertrofiam o papel da erudição e das individualidades no processo e no conhecimento históricos. Contudo, em nosso entender, esta esquematização em clave dicotómica apresentada por Amado Mendes, possui valor heurístico, e enorme acuidade interpretativa, aplicada à realidade nos inícios dos anos 90 do século passado, mas deve ser permanentemente contextualizada e relativizada. Por exemplo, na actualidade muitos académicos possuem conhecimento aprofundados dos locais sobre os quais incidem e não recorrem apenas a fontes escritas. Frequentemente, os eruditos demonstram actualização temática e bibliográfica assinaláveis.

Segundo Amado Mendes (1990, 126-127), a História Local possui potencialidades na relação com a História Geral e face ao meio a que se refere, ou no qual se se desenvolve. Assim, no primeiro caso, pode: “corrigir teorias ou generalizações apressadas [...]; restringir [...] o quadro de pesquisa a fim de se tornar viável uma maior aproximação ao desiderato da *história total*; retocar certas concepções acerca do processo histórico. [...] Finalmente, a história local pode ainda contribuir para humanizar a história geral, ao contrapor ao anonimato de números e estatísticas o individual, o particular, o específico. [...]”. No entender de Amado Mendes, a História Local pode promover o desenvolvimento a diversos níveis. No que respeita ao turismo, os estudos de localidades e regiões são passíveis de constituir a base de guias, folhetos que sistematizam informação e potenciam o conhecimento da história e das realidades que se lhe encontram associadas. Por outro lado, a história económica e das mentalidades também não deve dispensar o potencial de atenção ao concreto e a o singular patente na História Local, que também pode relacionar-se com a Arqueologia Industrial ou a História das Empresas. Para Amado Mendes, os estudos de História Local renovados devem conciliar uma dimensão biográfica ou prosopográfica —ao arripio da *história dos grandes homens*— com os respectivos contextos sócio-culturais e económicos.

Em 1993, Borges de Macedo publicou uma conferência na qual, em nosso entender, a componente historiográfica se aliou a questões de cidadania ou de natureza política, em detrimento da consideração específica dos estudos de História Local, em qualquer das suas vertentes: teóricas, metodológicas ou práticas. Num momento particular da História Portuguesa, no qual se assistiu a uma distribuição abundante de Fundos Comunitários, o historiador referido preferiu analisar questões ligadas ao âmbito das regiões ou do regionalismo, preterindo os vocábulos *local*, *localidade* e respectivos conceitos ou realidades. Esta escolha não foi explicada mas pode ter estado ligada ao eventual potencial estratégico ao nível económico e social do *desenvolvimento regional*. Borges de Macedo imprime um pendor institucional à sua conferência, desde o respectivo início, enaltecendo o alegado pioneirismo das Faculdades de Letras, nomeadamente a de Lisboa, em duas matérias: a história regional e a História Contemporânea, ainda que o historiador conceda que D. Pedro V não ratificara o convite feito a Herculano para aí leccionar devido ao alegadamente excessivo apego deste ao estudo do concreto e do particular. Para este historiador, as regiões não são nem nunca foram incompatíveis com a nação ou o Estado, sendo a unidade do país dependente destas três instâncias, mutáveis ao longo da história, dependendo dos contextos, mas sempre mutuamente implicadas. Para o referido cultor de Clio, os conceitos dependem das realidades e não o contrário. Concordamos com esta ideia.

Segundo Borges de Macedo: “[...] Tal proposta [...] não basta. Nem é verdadeira. Leva a ignorar, a retirar ao património político e humano português, a riquíssima experiência permanente de observação coordenada e funcional, das áreas, assim como das regiões, suas componentes [...]. As formas que vão sendo encontradas para uma convergência sustentada, têm sido esquecidas, dando Portugal como uma aquisição imediata e definitiva. Contudo, não há noções imediatas e definitivas!” (Macedo 1993, 22).

A historicidade e variabilidade dos conceitos devem ser respeitadas. Borges de Macedo (1993, 24) era favorável à *unidade* de Portugal, respeitadora da diversidade regional, ao contrário do *unitarismo*, que a anulava. No entanto, este historiador parece menos preocupado com a natureza, a autonomia ou a identidade da

história regional do que com a utilidade daquela para a história de Portugal. Julgamos ambas as atitudes igualmente importantes. Daí que o lamento que a seguir se transcreve resulte certo, mas incompleto, na actualidade: “A introdução da história regional na compreensão dos motivos e dos comportamentos, convergentes, mas não sobrepostos, quanto aos grandes problemas da história de Portugal, está, quase inteiramente, por fazer”.

Em 1995, António de Oliveira (1995) reflectiu sobre aquilo que designou como *Problemática da História Local*, reconhecendo o carácter complexo da matéria em apreço, sem explicitar as razões dessa complexidade. Para este historiador, o amor pela pátria não antagoniza com o amor pelas localidades. António de Oliveira sinaliza dois pontos orientadores da sua pesquisa. O primeiro postula, na linha de Foucault, que todo o conhecimento científico é espacial e temporalmente situado, acrescentando à ponderação foucaultiana a dependência do hegeliano *espírito da época* que, no entender do historiador português define, de algum modo, cada *episteme*. O segundo consigna o carácter aplicado da História Local. O historiador mobiliza um conjunto significativo de fontes primárias e concilia os referidos documentos com uma actualizada reflexão filosófico-literária e epistemológica.

No ano de 1996, José Manuel Tengarrinha (1996) debruçou-se de modo aprofundado sobre a *Historiografia dos Estudos Locais em Portugal*, começando por advertir que a história da historiografia não deve limitar-se a enveredar por uma resenha de trabalhos historiográficos, sublinhando a necessidade de observar as características internas e externas (sociais, políticas, económicas) desta área disciplinar. Concordamos com esta perspectiva. Ainda em 1996, Gilda Nunes (1996) destacou a importância da História local para a construção e manutenção de comunidades e identidades, tornando-as mais conscientes de si próprias.

Em 1999, Francisco Ribeiro da Silva (1999) elaborou um trabalho eminentemente prático, começando por indicar as razões do gosto por este assunto: o aprofundamento da temática e do sentimento de identidade; a chamada de atenção da respectiva importância para História Geral; o reconhecimento da crescente rele-

vância das periferias; o estímulo do turismo; o incremento dos progressos da Antropologia e da Etnologia.

Quanto à utilidade da área de estudos em análise, o historiador sublinhou: o desenvolvimento da consciência cívica; o destaque positivo das diferenças entre comunidades e o reconhecimento dos defeitos de cada uma; o amor consciente e crítico à terra. Nesta medida, a pesquisa em História Local deve afastar-se do fomento de chauvinismo, do narcisismo, mas também de rivalidades e oportunismos. Por outro lado, Ribeiro da Silva aconselha a não simplificar nem complicar demasiado temas em regra complexos, acerca dos quais as abordagens devem tomar consciência de que a perfeição é inatingível, devendo evitar-se o isolamento dos historiadores face a outros pontos de vista, de forma a que o seu trabalho seja redigido com clareza e acompanhado da publicação de documentos, como meios de prova e instrumentos de outras pesquisas. As reflexões teórico-metodológicas abordadas não se debruçam sobre a importância de conceitos como espaço, lugar, território e paisagem nos estudos dedicados à História Local, que importa abordar de imediato, devido à sua relevância. A consideração de categorias como espaço, lugar ou território será essencialmente teórica e servirá para enquadrar as noções de História Local e Paisagem, portadoras de destaque no estudo empírico.

## Espaço, lugar, território, paisagem: uma constelação conceptual

---

Quanto ao espaço, vamos encará-lo como uma unidade geográfica mais ampla, que alberga as restantes, e enquanto conceito historiográfico operativo. O lugar envolve limites físicos, comportando coordenadas. Mas também pode ser perspectivado como simbólico, embora tal não aconteça predominantemente na Revista de História. O território inclui o solo, a orografia, os recursos hídricos, e aspectos relacionados com a população, história ou cultura. A paisagem também concilia elementos naturais e sociais, mas pode implicar ainda perspectivas subjectivas. A paisagem comparece na li-

teratura ou nas artes plásticas. Numa comunicação em torno da polissemia do conceito de paisagem, e da plêiade de realidades que lhe correspondem, seria no mínimo insólito e no limite inusitado evitar esta matéria, contornando-a, ou postergando-a.

A geografia terá sido a ciência que primeiro e mais profundamente abordou a paisagem desde meados do século XIX, através de estudos de Haeckel e Ratzel, que, no seio da comunidade académica alemã, identificaram este objecto de investigação com o meio físico e natural, interpretando-o de modo determinista, sobretudo o primeiro, que entendeu a paisagem como a imposição desse condicionamento externo ao homem. Estes naturalistas alemães entendiam as paisagens como parcelas do espaço suficientemente homogêneas e individualizáveis, por serem possuidoras de certas características físicas e culturais. Por seu turno, o geógrafo francês Vidal de La Blache acentuou a importância do elemento humano. Também no plano vocabular importa discernir duas palavras que não significam necessariamente o mesmo; o vocábulo alemão *landschaft* e o francês *paysage*. Enquanto o primeiro apresenta uma amplitude assinalável —correspondendo à ligação entre um sítio e os seus habitantes, significando criar a terra, produzi-la, implicando igualmente visões do mundo—, o segundo é mais restrito. A sua origem situa-se no Renascimento.

Entre as duas guerras, no século XX, a definição de paisagem passou por uma fase ambígua. Conforme postula Álvaro Domingues (2001, 55) “A paisagem [...] era uma espécie de síntese e epifenómeno resultante de uma relação de tempos longos entre as condições naturais (um conjunto de determinantes biofísicas) e a acção do homem organizado em sociedades portadoras de uma historicidade, de uma cultura, de uma evolução tecnológica”. Síntese e epifenómeno, a Paisagem situa-se entre a Geografia Física e Humana, as ciências Naturais e as Sociais, implicando dificuldades conceptuais, dada a sua posição de charneira, que estimulam a curiosidade e a actividade científica, pela dificuldade ou ambiguidade que impõem.

Importa, desde logo, ter em conta que tradicionalmente a *Geografia das Paisagens* como saber estável, coerente e baseado em equilíbrios engenhosos pode ter sido utilizada para veicular, subliminar ou explicitamente, uma mensagem de teor ruralista de apoio à ideologia dominante do Estado Novo.

Jorge Gaspar (2001) divide a Geografia das Paisagens em duas tendências ou correntes: A simbólica e a que assenta em modelos de explicação. O geógrafo situa Orlando Ribeiro no primeiro grupo, revela simpatias pela respectiva visão mas compagina-a com a defesa da construção de quadros de explicação da realidade, conciliando uma perspectiva subjectiva com outra de base essencialmente objectiva, mas tornando-se permeável a concepções de Paisagem que não se limitem à visão e contemplem outros sentidos como a audição, o olfacto e o tacto. Estas experiências possuem uma natureza vivencial e ontológica, a par com a riqueza artística da qual constituem eloquente alfofre. No entanto, a associação à visão, sendo clássica, não se encontra desprovida de sentido, bem pelo contrário, sendo relevante e complexa discussão que pode concitar. Resulta interessante a distinção. Contudo, consideramos que a Paisagem pode concitar a objectividade e a subjectividade científicas, em moldes diversos dos expostos, sem recusar a aproximação a conceitos de base física, ou material, como Espaço e Território, que comportam historicamente uma dimensão ligada ao apuramento de factos positivos.

No nosso entender, apropriações pós modernas da paisagem, relacionadas com correntes anglo-saxónicas, identificadas com a *Geografia Radical*, devem ser perspectivas com cuidado e cautela, dado que implicam a consignação de *raças*, *género* ou *classes*. Todavia, o regresso às paisagens é passível de constituir-se como algo que se exime a um mero e simples retorno à *velha* Geografia. Concordamos neste ponto com Álvaro Domingues, que demonstrou duas situações. Por um lado, a *Geografia das Paisagem* não deixara de existir dentro e fora dos meios académicos. Dentro, pela resistência de gerações mais velhas de Geógrafos. Fora, pela solidariedade com um discurso não disciplinar. Acresce que a já aludida Geografia de pendor culturalista e a popularidade das teses ambientalistas contribuíram para a persistência eventualmente minoritária da Geografia das Paisagens, facilitando o ressurgimento, em moldes diversos, deste objecto de estudo, que não irrompeu propriamente do vazio.

Por outro lado, José Tengarrinha (1996, 31), debruçando-se sobre o *local*, sublinhou que não excede os limites de uma província comum como o *Land* na Alemanha ou o *pays* na França. Ora, curiosamente, na língua alemã a palavra

*landschaft* corresponde a paisagem, enquanto em francês essa correspondência cabe ao vocábulo *paysage*. Daí que *local* e *paisagem* possuam pontos em comum assinaláveis, desde logo no plano etimológico. Contudo, na Revista de História, o termo paisagem não é de todo frequente, o que não impede que nela compareçam as realidades que lhe digam respeito. Assim acontece nos Estudos incidentes sobre História Local, maioritariamente empíricos, albergando, também um trabalho reflexivo, teórico-metodológico, numa única ocasião.

Este eclectismo estende-se a uma parte considerável das pesquisas patentes no periódico. Os estudos empíricos sobre História Local não começaram na Revista de História. Possuem antecedentes longínquos abordados por Gilda Nunes e, mais aprofundadamente, por António de Oliveira ou José Manuel Tengarrinha. Para contextualizar o estudo de caso que se segue referimos sumariamente alguns dos momentos-chave dessa diacronia. Como exemplo de esforços individuais isolados podem ser referidos trabalhos humanistas como as *Antiguidades da Lusitânia* de André de Resende ou os estudos sobre Lisboa de Damião de Góis. A elaboração sistemática e generalizada de pesquisas inscritas na história local começou ainda no século XVIII por iniciativa de instituições como a Academia Real da História, fundada em 1770 ou a Academia Real de Ciências de Lisboa, surgida em 1779. Quanto à primeira, promoveu a publicação de 15 volumes da *Colecção de Documentos e Memórias*, entre 1721 e 1736. No início da segunda metade de setecentos, fora da instituição, o oratoriano Luís Cardoso promoveu inquéritos sobre realidades locais junto de diversos párocos. Daí resultaram 43 volumes.

Na Academia Real de Ciências alguns fisiocratas compilaram informações em seis volumes. Na órbita desta instituição foram elaboradas monografias da autoria de José de Abreu Bacelar Chichorro (sobre a Estremadura), Custódio Gomes de Vilas-Boas (Minho), Columbano Pinto Ribeiro de Castro (Trás-os-Montes), Visconde de Balsemão (acerca de baldios do Norte), José António de Sá (sobre o Nordeste).

Entretanto, pela Europa dominava o iluminismo, cujo universalismo subalternizou, de algum modo, a história local, que foi muito valorizada, em Oitocentos, pelo Romantismo, que manifestou apego ao particular, ao concreto, situado

historicamente. Assim os estudos locais foram articulados com a defesa da nação, das tradições e dos costumes, sendo alvo das atenções da Etnografia, do Folclore e fazendo parte do culto do movimento de amor à pátria, em presente no *neoga-rretismo literário* de finais do século XIX. Ainda antes, em 1878, foi publicado o primeiro volume do *Arquivo Açoreano*, seguido, em 1890, pelo *Arquivo Açoreano*.

Em 1894 Brito Aranha foi pioneiro na construção de bibliografias de História Local, sendo seguido nesta tarefa por Eduardo Rocha Dias, próximo da Primeira República. Regressados ao ano de 1894, nele foi publicado o livro *Palavras Loucas*, de Alberto de Oliveira. Nesse mesmo ano, o *Arqueólogo Português* publicou um inquérito para servir de ponto de partida a estudos nesse âmbito. Ao mesmo tempo, na Universidade de Coimbra, José Frederico Laranjo procurou estimular os alunos para os estudos locais. Simultaneamente foi-se formando um grupo de discípulos em torno do também Professor António Garcia de Vasconcelos. Em seguida serão apontados alguns exemplos essencialmente do modo como a História Local e a paisagem comparecem na Revista de História, publicada ente 1912 e 1928.

## História Local, espaço e paisagem na *Revista de História*: alguns exemplos<sup>1</sup>

Na *Revista de História* foram reunidas dezasseis contribuições sobre a história local, maioritariamente empíricas, no periódico —destacaremos algumas— correspondentes a outros tantos artigos, escritos por oito colaboradores: Manuel João Paulo Rocha, Pedro de Azevedo, Luís Teixeira de Sampayo —com três textos publicados—, mas também Manuel Silva e Ernesto Sales, que deram à estampa dois estudos e, ainda, limitados a participações singulares, Manuel João Paulo Rocha, o Abade de Baçal e José Jardim. Destes eruditos, o derradeiro nome citado é o único que não comparece como articulista noutras áreas da secção em causa. Pedro de

1. Cfr. Moreira (2012, 766-796).

Azevedo, por exemplo, publica documentos importantes para a História Política ou dos Descobrimentos, Sampaio interessa-se pela História Diplomática e pela Genealogia, já o pároco de uma Freguesia de Bragança pratica uma Historiografia de incidência local quando se dedica, por uma única vez, à História de Arte. O perfil destes cultores de Clio mostra-se avesso, ou pelo menos refractário, ao ensaísmo. Alguns deles não nasceram em Lisboa e pretendem dar-se a conhecer na Capital, ou reforçar o seu prestígio nesta cidade, no caso de serem já frequentadores dos respectivos círculos intelectuais.

Convém não esquecer que a Sociedade Nacional de História/Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos apresentava como prioridade programática da sua fundação a articulação entre as temáticas de âmbito nacional e as portadoras de um âmbito geográfico mais restrito, por forma a combater a separação e o isolamento de ambas. Este desejo de imbricação e implicação mútuas não evitou uma distribuição desigual dos assuntos, cabendo apenas cerca de 6 por cento à História local. Note-se que existe no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo uma preocupação redactorial tendente a abarcar boa parte das regiões do país como tema dos artigos publicados, concretizando-se uma amplitude que vai de Trás-os-Montes ao Algarve, passando pela zona centro de Portugal. A Academia de Ciências de Lisboa procurou favorecer, desde finais do século XVIII, o aparecimento de uma plataforma jurídico-administrativa que promoveu o envio dos seus técnicos por todo o País, de forma a recolher e inventariar documentos históricos presentes, por exemplo, em instituições religiosas.

Apesar de os colaboradores da *Revista de História* serem todos eruditos, a erudição não se manifesta de forma única, homogénea. Em alguns casos, a biografia e o memorialismo convivem com o *antiquarismo* e o historicismo de Ranke. Todavia, nos artigos de História Local verifica-se um domínio repartido entre a tendência memorialista/biografista e a inspiração germânica, portadora de um romantismo crítico. Por outro lado, parece igualmente relevante a procura de afirmação de uma tradição municipal e municipalista, na linha de Alexandre Herculano. A *Revista de História* contava, nas suas fileiras, com muitos colaboradores que pertenciam à

referida Academia de Ciências de Lisboa. A sub-secção de História Local permitirá perceber que o espírito daquela agremiação de saber ficou plasmado no periódico em análise. Por outro lado, parece igualmente relevante, no periódico, a procura de afirmação de uma tradição municipal e municipalista, na linha de Alexandre Herculano, que encara a pesquisa documental e arquivística como instrumentos de trabalhos de natureza monográfica, nos quais se expressa a defesa de Portugal como um país uno, devedor da especificidade dos seus municípios.

Ainda assim, a sub-secção de História Local na *Revista de História* contribui para conferir um pendor parcialmente monográfico, analítico, ao periódico, dado que os respectivos artigos se centram mais nas realidades concretas, nos factos e nos acontecimentos, do que em teorizações ou lucubrações filosóficas. Eis uma explicação que serve, ao mesmo tempo, para justificar o pendor erudito dos estudos locais na publicação e a quase total ausência de conceptualizações, puras, ou aplicadas. No entanto, as monografias não se aplicam apenas a zonas geográficas e também visam temas ou personalidades, conjugada ou autonomamente. Acresce que, em trabalhos sobre História Nacional podem comparecer exemplos ou perspectivas locais e vice-versa.

Conforme postula José Maria Amado Mendes (1990, 174-175): “Análise e síntese fazem normalmente parte de todas as operações racionais, sendo muito difícil e até artificial tentar separá-las de forma muito precisa. Assim, o que se poderá utilizar é um método predominantemente globalizante ou, ao invés, essencialmente analítico. Da prática de um método analítico resultará, lógica e normalmente uma monografia. [...] À monografia —ou ao método monográfico— também se chama *método de casos*. Este método, como já se afirmou, baseia-se não em teorias admiráveis, mas na própria realidade. Significa, sim, que em qualquer monografia a componente realidade —que em cada caso se torna objecto de análise— é muito forte e deve impregnar todo o estudo de forma nítida e bem patente”.

Ver-se-á, igualmente, a que tipo de abordagens se ligam os artigos de História Local na *Revista de História*, mas pode aventar-se hipótese de apego ao real mais imediato traduzir uma proximidade com certo tipo de História política praticada, de cariz factual e diacrónico. Sublinhe-se que o alinhamento editorial dos estudos lo-

cais proporciona uma concentração de colaborações até meio da Revista, situando-se nessa primeira metade o dobro de estudos em comparação com os anos posteriores a 1920. Paralelamente, os autores mais prolíficos seguem quase totalmente esta tendência monográfica, que parece corresponder a uma aposta clara nos anos iniciais da publicação, lançando-se neles os perfis e as directrizes dos que se lhes seguem.

Logo em 1912, Manuel João Paulo Rocha debruça-se sobre o *Concelho de Lagos* — Freguesia de Nossa Senhora da Luz. Ainda que o artigo se centre em exclusivo na circunscrição territorial mais pequena, a assunção da maior cumpre funções de enquadramento. Esta circunstância permite confirmar a necessidade de dar a conhecer uma localidade muito afastada de Lisboa às elites da capital.

Manuel João Paulo Rocha utiliza alguns documentos, usando-os com um desígnio turístico, de promoção da freguesia lacobrigense na actualidade, de forma a conservar e dar a conhecer o património documental respectivo, utilizando-o como instrumento de um desígnio turístico de promoção da freguesia lacobrigense no início da Primeira República, referindo-se a ela como estação balnear, possuidora de atractivos lúdico-culturais, casinos, restaurantes e uma rede viária relativamente recente. Cerca de metade do texto possui esta toada de apelo, digna de um convite ao desfrute das crescentes potencialidades locais. No entanto, já a primeira parte do trabalho indiciara o mesmo, tendo sido de imediato, e com pormenor, expostas as coordenadas geográficas da localidade, evidenciando-se um escrúpulo inusual na *Revista de História*, demonstrativo da vontade de tratar cientificamente a dimensão espacial, mas, sobretudo, revelando o interesse em evitar enganos no reconhecimento efectivo e empírico da freguesia de Nossa Senhora da Luz de Lagos, merecedora de uma viagem a partir de outras paragens: “A freguesia da Luz confina: a N. com a freguesia de Bensafirim, a S. como mar, a E., começando num marco geodésico que existe no pequeno planalto de Santo Estêvão, com a freguesia de Santa Maria e com a de S. Sebastião de Lagos, e a O. com a freguesia de Budens” (Rocha 1912, 250).

Fica esboçada uma descrição turística da paisagem. O autor revela interesse em evitar enganos no reconhecimento da freguesia de Nossa Senhora da Luz de Lagos, merecedora de uma viagem a partir de outras paragens. As coordenadas

geográficas descrevem o espaço físico, encarando-o como lugar dentro de um território mais vasto, que o articulista se exime a pormenorizar (Rocha 1912).

Mais do que um patrimonialismo voltado para o passado, o colaborador da *Revista de História* impõe um olhar dirigido para o presente e a correcção de assimetrias entre Lisboa e uma freguesia de Lagos, embora esta compareça como lugar de lazer e não enquanto centro político, ainda que de pequenas dimensões.

Entre Julho e Setembro de 1913 foi publicada no periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo a proposta anteriormente elaborada em sede da Sociedade Nacional de História da realização do *I Congresso Ibero-Americano de História e Ciências correlativas*, que confere relevância à História local. Em 1914, Fidelino de Figueiredo debruçou-se sobre a importância desta matéria nos seus *Programas de história no ensino secundário* (Rocha 1912).

No ano de 1915, Manuel Silva (1915) realizou um trabalho onde se nota a influência de Alexandre Herculano, intitulado *Varazim de Jusaão, Subsídios para a História Local*, dedicando-o a Gama Barros.

Por isso, o articulista aplica o modelo herculaniano de classificação dos municípios ao seu estudo, no qual procura perceber as características geográficas, as origens históricas, os costumes, as tradições e as formas de povoamento da localidade. Todas estas características indiciam a descrição das dimensões naturais e sócio-culturais de paisagem.

Em 1918, Luís Teixeira de Sampayo dá à estampa, na *Revista de História*, o seu primeiro estudo de História Regional, intitulado *O Testamento de um prior da aldeia no Século XVII (...)*. Começa por uma análise sumária da fonte por ele escolhida: “A raridade nas colleções e arquivos portuguezes de documentos de caracter intimo, taes como cartas, memorias e diarios, torna-se sensível em relação ás classes médias e humildes no nosso paiz nos tempos passados” (Sampayo 1918 277).

O testamento do prior reporta-se a Vale da Pinta, no Cartaxo, localidade cuja História é brevemente sumariada pelo colaborador da *Revista de História*, por ser dela oriundo. A paisagem natural encontra-se ausente deste estudo, cedendo o lugar a uma paisagem monumental, apresentada sem qualquer detalhe (Sampayo 1918).

Em 1919, surgiram os segundos *Estudos de História Regional, os Chavões*, dedicados por Teixeira de Sampayo à propriedade assim nomeada. Impõe-se nova evocação de pendor nostálgico, desta vez eivada de fino recorte jornalístico, com sabor Garretiano, onde assoma o olhar do observador como cúmplice da paisagem, natural e construída. Assim, o desgaste dos *Chavões* no dealbar do século XX, devido a uma catástrofe natural, motivou a necessidade de resgatar a grandeza do seu passado histórico, presente em documentos que acompanham a evolução da propriedade desde a Idade Média. Para o colaborador da *Revista de História*, a tradição ilumina a actualidade, que não a dispensa para poder sobreviver dignamente (Sampayo 1919).

O terceiro *Estudo de História Regional, Um Homizio na Aldeia*, mantém a predilecção por uma fonte primária manuscrita específica: um testamento, dado que ele permite colocar em segundo plano a História política de Reis e Rainhas, colocando em seu lugar personalidades mais comuns, cuja vida se confunde com a de pequenas localidades. Neste artigo, a paisagem comparece como sinónima de uma forma de propriedade. O *homizio* pode ser encarado como um lugar dentro de um território mais vasto, a aldeia (Sampayo 1923).

Tem cabimento uma referência ainda mais a Pedro de Azevedo, José Jardim, Ernesto Sales e ao Abade de Baçal, cujos textos não serão aprofundados por razões que se prendem com falta de espaço para o efeito. No entanto, estes quatro autores apresentam uma característica que talvez seja dominante no conjunto do periódico: Trata-se do rigor na pesquisa de fontes. Importa agora esboçar algumas das formas como a História Local foi tratada fora do periódico em análise nas primeiras décadas do século XX, de modo a permitir exercícios comparativos a aprofundar no futuro.

## Reflexões teórico-metodológicas sobre História Local: Manuel Silva e Possidónio Laranjo Coelho

---

Em 1913, fora da *Revista de História*, Fidelino de Figueiredo (1912) concluiu um artigo intitulado *Os estudos de história local*, no qual defendeu que a difusão de

trabalhos desse teor teria duas consequências: o desenvolvimento da História Nacional (entendida como conjunto das monografias locais) e do sentimento local.

No penúltimo trimestre de 1913, Manuel Silva publica, na *Revista de História*, *Schema de História Local*, trabalho pioneiro e singular no que tange à reflexão teórico-metodológica sistemática sobre História Local, a caminho de uma progressiva certificação científica, sendo a História Local enquadrada no seio da História Geral, dela não se autonomizando inteiramente, instituindo-se como ciência auxiliar: “Assim é que a *História*, [...] não prescinde das informações e auctoridades da geologia e da geographia, da anthropologia e da ethnographia, da archeologia, da sociologia, da nomologia, da arte e da litteratura [...]” (Silva 1913 182). Nota-se o apelo implícito —quase residual na *Revista de História*— à interpenetração, materializada talvez pela História, entre ciências naturais e humanas.

Manuel Silva reconhece o atraso organizativo-metodológico da História Local portuguesa face à espanhola e apresenta um *Schema*, solidário da construção de uma História nacional e não separado dela, comparando-a à edificação de um monumento. Este esquema é assumido sobretudo como um instrumento de trabalho. Nele encontra-se plasmada uma concepção da Ciência de Clio que julgamos tributária da valorização do *meio* e do *momento* realizada por Taine, que também consignara a *raça* enquanto coordenada fundamental da História (Silva, 1913).

Em 1926, na revista *O Instituto*, Possidónio Laranjo Coelho publicou uma comunicação intitulada *Vantagens do Estudo das Monografias Locais para o conhecimento da História Geral Portuguesa*. Ignoramos se o autor conhecia o estudo de Manuel Silva ou se pretendeu responder aos esforços do colaborador da *Revista de História*, complementando-os ou servindo-lhes de contraponto. Todavia, a questão do desconhecimento parece-nos discutível e pouco sustentável, dado que Possidónio Coelho demonstrou estar a par do alegadamente grande desenvolvimento da História Local francesa coeva.

Refere-se, igualmente, de modo elogioso ao trabalho meritório num âmbito *análogo* realizado em Espanha desde 1907 pela Junta de *Ampliación de Estudios Históricos* e, a partir de 1910, pelo Centro de *Estudios Históricos*. Sublinhe-se que

Possidónio Laranjo Coelho demonstrou conhecer o plano de organização de monografias realizado pelo *Comité des Travaux Historiques et Scientifiques*.

Por outro lado, evidencia conhecimento de dois questionários, um realizado em 1894 pela Comissão dos Monumentos Nacionais e outro, da autoria de Paulo Merêa, sobre Direito Consuetudinário. Quanto ao plano proposto por Laranjo Coelho (1926, 297), convém destacar que exhibe uma preocupação genérica semelhante à de Manuel Silva, dado que aquele também defende uma História Local abrangente e diversificada: “De uma maneira geral parece-nos aproveitável o plano [...], se não completo, pelo menos abrangendo os factos essenciais para o estudo de uma localidade nos seus aspectos geofísico, histórico, económico e social”. Este autor defende, tal como Manuel Silva, a importância da história local para a nacional. Ambos coincidem na articulação dos elementos das ciências naturais com os das sociais e humanas. Contudo, neste ponto, Laranjo é mais afirmativo na solidariedade manifestada face à autonomia do último grupo de ciências referido (Coelho 1926).

O plano de Laranjo Coelho resulta menos epistemológico do que o de Manuel Silva, preocupando-se, em menor grau, com a natureza e os limites das disciplinas do que com uma vertente prática e pragmática da história Local, cuja utilidade ultrapassa o âmbito histórico e científico. O plano de Laranjo Coelho apresenta estas preocupações cívicas de modo implícito, mas mais efectivo, talvez, do que o de Manuel Silva. Quanto ao projecto de História Local daquele autor, contempla o meio natural, a história, o lugar, a população a vida económica, a propriedade imobiliária, a vida administrativa (municípios, organização militar, asilos, hospitais, entre outros) e a vida religiosa (procissões, mosteiros, confrarias) (Coelho 1926). Manuel Silva e Laranjo Coelho desenvolveram uma abordagem teórica que aquele tivera ensejo de plasmar na *Revista de História*.

## Considerações Finais

---

A História Local e Regional presente na *Revista de História* está ainda a dar os primeiros passos enquanto sector ou sub-disciplina na área da História. Prova disso, a excepção que constitui o trabalho *Schema de História Local* da autoria de Manuel Silva, pelo seu cariz teórico, mas também por incitar a uma interdisciplinaridade alargada. No entanto, na maioria das contribuições avulta a publicação de fontes primárias, ou a sua crítica externa. A interna, efectuada por Manuel Silva para o caso da Póvoa do Varzim, é quase inexistente. De qualquer modo, o conceito de *paisagem dominante* concilia de forma maioritariamente impressionista a dimensão natural com a vertente humana. Por outro lado, a pesquisa documental e o rigor erudito protocientífico convivem com o *amor à terra* de pendor romântico, utilizado como instrumento do nacionalismo. A História Local de cariz ilustrativo ou pitoresco existe, mas não é dominante.

Em quase todos os trabalhos relativos à História Local e Regional na *Revista de História* estão patentes, em nosso entender, de modo ainda indiciário, desigual, incipiente, as características sistematizadas por Francisco Ribeiro da Silva num plano teórico genérico. O periódico parte muitas vezes do presente para a reconstituição do passado, centrando-se neste e evidenciando um cariz qualitativo, dedicando-se sobretudo ao real vivido e ao concreto, de modo essencialmente empírico: I — É na História que parte de uma situação presente para a reconstituição do passado [...] (nem sempre, já aludimos a casos diversos); II — evidência de uma vocação mais qualitativa do que quantitativa (comum à generalidade dos artigos de todas as áreas de saber publicados no periódico); III — predomínio de uma História sectorial e limitada (dedicada mais ao real vivido do que a generalizações abstractas ou teorizações complicadas); IV — Destaque conferido à História concreta, que caminha do visível quotidiano para o invisível quotidiano (este aspecto não pode aplicar-se a todos os artigos); V — propensão para uma Historiografia de base empírica, portadora de uma função pedagógica, tendente a afirmar a necessidade de conservação e estudo de documentos presentes nos arquivos” (Silva 1999, 388-389).

Na *Revista de História* a história local é sobretudo factual e descritiva, colocando em segundo plano interpretações e eximindo-se genericamente a comparações. No entanto, apresenta como relativa novidade a teorização que Manuel Silva continuou fora da publicação. Em nosso entender, no periódico em análise, não existe, uma prefiguração ou sequer antecipação da forma como, *grosso modo* os *Annales* estudaram a História Local. Torna-se imprudente generalizar demasiado a acção desta revista heterogénea, que passou por várias fases distintas, mas, ainda, assim, no domínio em consideração, como no que concerne a outros âmbitos de pesquisa, a problematização e a interdisciplinaridade foram fomentadas, ao contrário do que acontece na História e Historiografia local praticadas e teorizadas na actualidade em Portugal, que cruzam a herança da *Escola Metódica* com a influência *annaliste*, sendo bem menos frequentes abordagens pós-modernas.

## Referências

---

Charle, Christophe. 1996. *Les intellectuels en Europe au XIXe siècle: essai d'histoire comparée*. Paris: Editions du Seuil.

Coelho, Possidónio Laranjo. 1926. “Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa”. *Revista O Instituto*. 73: 285-303.

Domingues, Álvaro. 2001. “A paisagem revisitada”. *Finisterra*. 36, 72: 55-66.

Ferreira, Aurélio da Costa. 1913. “I Congresso Ibero-Americano de Historia e Sciencia Correlativas Projecto”. *Revista de História*. 2, 7: 200-201.

Figueiredo, Fidelino de. 1912. “Os estudos de história local”. *Limiana, Revista Literária Pontelimense*. 1: 185-189.

Figueiredo, Fidelino de. 1915. “Programas de História no Ensino Secundário”. *Revista de História*. 4, 13: 37-44.

Gaspar, Jorge. 2001. “O Retorno da paisagem à Geografia Apontamentos místicos”. *Finisterra*. 36, 72: 83-99.

Macedo, Jorge Borges. 1993. “Unidade de Poder e Diversidade de Situação nas Áreas regionais em Portugal”. En *Primeiras Jornadas de História Local e Regional.*, eds. Álvaro de Matos & Raúl Rasga, 11-33. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Colibri.

Mendes, José Maria Amado. 1996. “Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa”. En *A Nova História Regional e Local*, eds. Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes & Fernando Catroga, 422-423. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mendes, José Maria Amado. 1990. “Para uma Nova História Local: Reflexões e Perpectivas”. *Revista Beira Alta*. 1, 2: 125-134.

Mendes, José Maria Amado. 2000. “História local e memórias: do Estado - Nação à época da globalização”. *Revista Portuguesa de História*. 34: 349-368.

Moreira, Nuno Bessa. 2012. *A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-historiográfica* (2 Vols). Tesis Doctoral, Universidade do Porto.

Nunes, Graça Maria Soares. 1996. “A História regional e local – contributos para o estudo das identidades locais”. *Cadernos de Sociomuseologia*. 8: 71-77.

Oliveira, António de. 1995. Problemática da história local. Ponencia apresentada en el Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX en Azores, Portugal.

Rocha, Manuel João Paulo. 1912. “Historia local: concelho de Lagos – freguesia de Nossa Senhora da Luz”. *Revista de História*. 1, 4: 250-253.

Sampayo, Luís Teixeira de. 1918. “Estudos de história regional: o testamento de um prior de aldeia no século XVII”. *Revista de História*. 7, 28: 277-290.

Sampayo, Luís Teixeira de. 1919 “Estudos de história regional: os Chavões”. *Revista de História*. 8, 31: 172-205.

Sampayo, Luís Teixeira de. 1923. “Estudos de história regional: um homizio na aldeia”. *Revista de História*. 12, 46: 134-143.

Sánchez Marcos, Fernando. 2005. “From Science-History to Memory-History? The Attractiveness and Risks of a Historiographical Trend”. *Storia della Storiografia*. 48: 119-127.

Silva, Francisco Ribeiro da. 1999. “História local: objetivos, métodos, fontes. História Local: objetivos, métodos e fontes”. En *Memoriam*, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, 383-395. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Silva, Manuel. 1913. “Schema de historia local”. *Revista de História*. 2, 7: 182-183

Silva, Manuel. 1916. “Varazim de Jusaão nas fórmulas d’Herculano: subsídios para a história local”. *Revista de História*. 4, 14: 145-158.

Tengarrinha, José Manuel. 1996. “Historiografia dos Estudos Históricos Locais em Portugal”. En *Perspectivas de História Local: Galicia e Portugal*, ed. Joseba Azkuenaba y Mikel Urquijo, 27-48. Bilbao: Servicio Editorial Universidad del País Vasco.

Torgal, Luís Reis. 1987. “História...Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática de história local e regional”. *Revista de História das Ideias*. 9, 2: 843-867.